

TÍTULO DO TRABALHO			
O Sertão Carioca e seu “moinho satânico”: expansão imobiliária e conflitos de terra no antigo Distrito Federal (1922-1964)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Leonardo Soares dos Santos	Universidade Federal Fluminense	UFF	Professor
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>A zona rural do Rio de Janeiro foi lugar de muitos conflitos e batalhas pela propriedade da terra, especialmente aquelas voltadas às atividades agrícolas. Este trabalho debate como esse processo esteve ligado a urbanização de áreas durante os anos 1940 à 1960. O fim do Sertão Carioca (nome da zona rural, como ela era chamada por todos) representou o triunfo de uma agressiva expansão urbana. O caso da urbanização da zona rural do Rio de Janeiro expressa o caminho histórico da evolução urbana de quase todas as cidades no Brasil: uma urbanização baseada em poucos grupos econômicos e seus interesses com o apoio do Estado e dos governos</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
urbanização; zona rural; agricultura urbana; Rio de Janeiro; Sertão Carioca			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>The rural zone of Rio de Janeiro was place of a lot conflicts and struggles for property of land, especially those drove to agriculture activities. This work debate how this process was connected to urbanization of rural areas during 40's to 60's. The end of Sertão Carioca (name of rural zone, how was called for all) represented the triumph of an aggressive urban expansion. The Rio de Janeiro's rural zone urbanization case express the historic way of urban evolution of almost every cities in Brazil: an urbanization based in a few economic groups and yours interests with support of State and governments.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
urbanization; urban agriculture; rural zone; Rio de Janeiro; Sertão Carioca			
EIXO TEMÁTICO			

Introdução

A antiga zona rural do Rio de Janeiro perfazia mais de 60% do território do município. Quando ela foi denominada oficialmente de Zona Oeste, no final da década de 1970, ela começava a experimentar um intenso processo de crescimento demográfico e de expansão de bairros populares, bastante precarizados. Desde essa época, a região se deparava com um tipo de urbanização extremamente desigual e contraditório: quanto mais se expandia, mais precarizado se tornava.

Mas tudo isso se torna melhor compreensível quando recuamos no tempo histórico de modo a observar como se desenrolou o processo que “preparou” a região para o avanço da expansão urbana sob uma modalidade tipicamente brasileira, conjugando, supostamente, elementos modernos e arcaicos da vida social.

E tal processo diz respeito a desaparecimento das atividades agrícolas da região, retirando-lhes os componentes que faziam dela uma zona rural, que fazia dela o “cinturão verde” do antigo Distrito Federal.

O período mais intenso desse processo de desintegração agrícola teria se dado entre as décadas de 40 e 60, tendo nos governos de Carlos Lacerda e Negrão de Lima o seu ápice. Aos quais corresponde a implantação de conjuntos habitacionais, zonas industriais, expansão da malha viária, explosão da indústria automobilística e planos de ocupação, como o previsto no de autoria de Lúcio Costa.

Tudo isso foi muito bem estudado por vários pesquisadores desde o início da década de 80. Muitos deles lotados no Instituto de Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Estudos esses que contribuíram com vários elementos e dados sobre esse processo de transição do perfil rural para o urbano.

Mas tal conjunto de pesquisas guardava um grande problema: a sua tendência em analisar tal processo como expressão de um embate entre o *moderno* e o *atrasado*, o *complexo* e o *primário* etc.¹

¹ São representativos dessa visão os seguintes estudos: BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. *Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da Zona Oeste*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990; FRIDMAN, Fânia. “Os donos da terra carioca: alguns estudos de caso”. In: *Anais V Encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte, agosto de 1993, vol.2; GARCIA, Cid Sant’Ana. *Associação de moradores e movimentos reivindicativos no município do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentado a COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto de 1981; LAGO, Luciana Corrêa do. *Movimento de loteamentos do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentado ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990; MIRANDA, Mariana Helena Souza Palhares. *Crescimento Periférico da cidade do Rio de Janeiro: padrões espaciais de ocupação residencial*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da UFRJ, Rio de Janeiro, dezembro de 1976; PECHMAN, Robert Moses. *Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e na Barra da Tijuca*. Relatório de Pesquisa, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987; RIBEIRO, Cláudia Tavares. *Da questão urbana ao poder local: o caso da Barra da Tijuca*. Dissertação de mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990; SOUZA, Maria Alice Martins de.

E, talvez, pior: tudo teria se passado como se a urbanização fosse um fenômeno inexorável. Um destino inescapável, em função da demanda por terra por parte do mercado imobiliário urbano, ditado por grupos empresariais.

O enfoque me parece equivocado, por vários motivos. Mas diante das limitações da presente exposição, limitar-me-ei a debater duas delas: 1º) tal enfoque ignora as resistências a tal processo de urbanização, seja dos representantes do “atraso”, seja de segmentos das camadas urbanas da cidade; 2º) ele padece de um terrível vício dualista, como se o processo pudesse realmente ser visto como um embate entre tipos sociais puros, sem conseguir vislumbrar nesse mesmo cenário formas de coexistência e retroalimentação entre eles.

A meu ver, a falta do uso de conceitos mais consistentes contribui para uma visão bem menos problematizante. Um desses conceitos ausente é o de *Acumulação Primitiva* (AP).

Francisco Oliveira recorre a ele na análise que faz sobre as transformações da economia brasileira operada em meados do século XX, de uma base agrícola para a uma base industrial. No seu entender junto a fatores como a legislação trabalhista e a intervenção do governo na economia, a mudança de perfil da agricultura seria crucial para a efetivação daquela transformação. E Oliveira busca entender tal aspecto justamente a partir do conceito de AP.

Porém, ao contrário do quadro descrito por Marx no caso inglês, no Brasil o que se expropria não é a *propriedade* (pelo qual se expropria o campesinato) e sim o *excedente* produzido pela *agricultura de subsistência*, levado à frente geralmente por *arrendatários* ou *posseiros*, e quase raramente por pequenos proprietários e nunca por *camponeses*.²

E uma segunda diferença reside no fato que a acumulação primitiva não se dá na gênese, mas ela é estrutural no caso brasileiro: não é apenas um ponto de partida, mas um processo que se desenrola em paralelo à consolidação e expansão do capitalismo no país. A exploração de elementos ditos “arcaicos” da agricultura de subsistência são vitais para a reprodução da agricultura moderna, capitalista, dirigida ao abastecimento do mercado interno urbano em expansão e ao próprio mercado

Barra da Tijuca e Jacarepaguá: uma forma particular de loteamento irregular. Dissertação de mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, dezembro de 1995.

Para SOUZA, M. A. M, a Zona Oeste ao se transformar em um vetor de expansão urbana acabou “desalojando assim os produtores agrícolas que não tinham direito sobre a terra, na medida em que eram, na sua maior parte, parceiros, assalariados ou arrendatários” (op. cit.,p.20). Ainda segundo Ana Britto os lavradores que mais sofreram com a expansão dos loteamentos sobre a zona rural foram os arrendatários e posseiros, pois que praticavam uma “forma precária ou itinerante” de agricultura devido ao fato de “não terem direito sobre a terra”(op. cit., p. 52.)

² OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista. O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 43 e *passim*.

externo. Tal agricultura é fundamental para o modelo de economia industrializada que se consolida no Brasil.

E foi isso que se observou em casos os setores agrícolas do Norte e Oeste do Paraná, Goiás, Mato Grosso, Maranhão e a área atravessada pela Belém-Brasília.

Mas ao passarmos para o “caso carioca”, veremos mais especificidades. A expropriação dos pequenos lavradores da zona rural não se dá sobre o excedente (não prioritariamente, a não ser por parte dos intermediários por meio dos preços) e sim sobre o controle do uso sobre o lote de terra agrícola. Tudo porque a expropriação desses agentes não visa implantar uma economia industrial ou “modernizar” a agricultura, mas tornar a região uma fronteira aberta para a expansão imobiliária baseada na construção de moradias de tipo urbano.

Contudo, tal processo não se deu de maneira pacífica, como um mero desdobramento econômico de teor técnico, e nem sem resistência. Muito pelo contrário: a violência empregada para a tal expropriação e a luta de muitos daqueles pequenos lavradores foi uma tônica dos eventos que daremos destaque abaixo.

As “questões de terra” do Sertão Carioca

Vimos que a expansão urbana sobre o Sertão Carioca que passa a se consolidar na região em meados do século, alterando quase que radicalmente a sua paisagem, tanto social quanto geográfica, implicaria em novas representações sobre a região, especialmente por parte da imprensa. Mas a própria maneira com que a região era percebida implicava também na produção de novos agentes sociais e na reconfiguração de antigos. Tal fenômeno se tornava bem visível quando se discutia o que eram, afinal, os grandes “males” da lavoura carioca: a expansão dos loteamentos que tinha por base as práticas de grilagem e a prejuízos impostos pelo comércio de gêneros alimentícios. Num processo de discussões e disputas que envolveu a imprensa, autoridades políticas e os próprios grupos de lavradores veríamos a construção das identidades dos grupos mais diretamente envolvidos com a prática e os efeitos de tais “males”: “posseiros”, “grileiros” e “intermediários”. Vejamos como isso se deu.

Para aqueles que viviam no Sertão Carioca em meados do século XX, o problema envolvendo disputas pela posse da terra não era – e nem podia ser – encarado como uma novidade. Conforme atesta Fania Fridman era muito comum desde o século XVIII as brigas entre pretensos proprietários (Ordens religiosas como os Beneditinos e Carmelitas, grandes fazendeiros, etc) e entre esses e a

Coroa ou a municipalidade. Na região do Engenho da Serra (Bangu) por exemplo, Dona Anna, esposa de um Sargento-Mor do século XIX, “procurou expandir seus domínios através de processos judiciais, ameaças e agressões aos pequenos sítiantes e posseiros das terras próximas e/ou pertencentes à sua fazenda: Izidoro Pereira dos Santos e seu genro, Manuel Proença, tiveram suas casas destelhadas, seus pertences jogados fora e os escravos dispensados”.³ Em 1814, a Irmandade do Santíssimo Sacramento solicitava o tombo de suas terras na Barra de Guaratiba alegando “que no mato, onde ficava a divisa da propriedade, havia muitos intrusos.”⁴

Página 4 IMPRENSA POPULAR 22-5-1952

500 Famílias Ameaçadas de Despêjo

VERDADEIRO GRILLO A FAZENDA VILLON, EM SANTA CRUZ — O LOTEAMENTO RENDERIA AO VEZILADOR IVAN VILLON E FAMILIA CÉRCA DE 60 MILHÕES DE CRUZEIROS — CONVINENTE A PREFEITURA

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA

Cartas dos leitores

EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA

SAUDAÇÕES À PASSAGEM DE 22 MAIO DATA SETIMO ANIVERSARIO GLORIOSO TRIBUTUM POPULAR PT FACO VOTOS IMPRENSA POPULAR HERDEIRA TRADIÇÕES LUTAS EM DEFESA INTERESSES POVC PROSSIGA CABRETTAN DO ROTEIRO GLORIOSO QUAL MERCE RECONHECIMENTO TODOS PATRIOTAS PT MARIA JOSEH LOUZADA

...
 José Stênio Lopes, residente à rua Marechal Bampi, em Madureira, enviou-nos a seguinte carta:
 “Prezado redator: Il, com grande atenção, a nota publicada pela nossa querida IMPRENSA POPULAR, relativa à recente extinção pelo comando da Zona Militar do Oeste, visando o único jornal dentro da capital da República que realmente defende os interesses do nosso povo e da

...
 Cêra de 500 famílias trabalhadoras da Fazenda Vitor Dumas, em Santa Cruz, está ameaçada de despêjo por grileiros que pretendem lotear as terras. Depois de tentarem o desalojamento por pra de lotes em locais diferentes, mas a manobra foi percebida e rejeitada. Propuzeram, em seguida, o pagamento de indenizações, mas, diante da exigência das vítimas em receberem escrituras, não mais apareceram. Agora, vários corretores estiveram avisando os moradores de que sairão judicialmente.

...
 A FAZENDA VITOR DUMAS
 A Fazenda Vitor Dumas ocupa uma área de mais de 100 quilômetros quadrados. Começa na rua do Matadouro, estende-se ao longo do Núcleo Colonial do Ministério da Agricultura até o Loteamento Urbano da rua Bondes de Sepeitina, próximo à Avenida do Areal.
 Durante muito tempo permaneceu abandonada, até que um francês de nome Victor Luamas tornou-se seu loteiro. Muito antes, porém, isto é, por volta de 1922, ali já moravam várias famílias de colonos, muitas das quais ainda continuam. Com a mudança do Matadouro Municipal para Santa Cruz, a Fazenda Vitor Dumas teve uma área e ocuanda nos. Profetizadora, habitam lá também operários, comerciantes, etc., existindo já um vilarejo, com várias casas, fábricas, botecos e armazéns.
GRILLO RENDOSO
 Apesar do empenho da família Villon, herdeira de Vitor Dumas, em legalizar sua posse, a Fazenda sempre pertenceu a União. Entretanto há algum tempo atrás, os Villon, aproveitando o desleixo da Prefeitura, declararam-se proprietários, dividindo as terras em três parcos, tocantes a cada um dos seus membros: Mario Dumas Villon, Victor André Villon e Emilio Adriano Villon. Com a morte de Mario Dumas Villon e Victor André Villon, suas partes foram empossadas pelo vezilador Ivan Villon seu irmão

...
 contra o propósito dos seus pretensos donos. Em palestra com o reportagem, quando, após o último estiveimos no local, afirmamos-nos um lavrador: — Isto está cheirando a morte. Ninguém vai se mudar para engordar rito.
 Em palestra que tivemos com o sr. Jorge Villon, corretor em cargo do município, apuramos que além da família de que faz parte, também o capitalista Antonio Henrique Almeida está envolvido no grilo, chamado que foi para financiar. Percebemos, em seguida, em companhia de um lavrador diversas casas, ouvindo de todos protestos de mais indignados.
CONVINENTE A PREFEITURA
 Tudo isto, entretanto, se passa com a completa convicção da Prefeitura, que vem aguardando os grileiros abertamente. Com efeito, no fim do ano passado, época em que a lotização estava sendo tramada, um agente do Departamento Insular da Prefeitura andou fazendo o mudo arrolamento das bens e famílias dos moradores, sob alegação de que era para sua segurança. Pouco tempo depois, o sr. Jorge Villon fez uma reunião, em casa de Paulo Adriano Villon, onde deu para aos moradores que: se lei no Brasil é o dinheiro. Pobreza herá e em rito. Se ainda não sabem disso, sabem, porque eles contaram com muito muito fortes.
 Como se vê, o governo e seus órgãos de administração mais uma vez demonstram sua inteira solidariedade aos tubários e grileiros enquanto, por outro lado, continuam a falar desmoricamente em campos ao lavrador.

Imprensa Popular, 22 de maio de 1952

Poderíamos citar vários outros exemplos, todos envolvendo os mesmo aspectos. Mas uma em particular indicava para uma importante característica da estrutura fundiária da zona rural carioca: a tentativa dos pretensos proprietários de sempre expandir o seu domínio valia-se, entre outras coisas, da indefinição jurídica daquelas terras. Havia por isso mesmo muita confusão em torno da discriminação do que era terra pública e terra privada. Tudo isso somado possibilitava que o recurso à grilagem de terras se tornasse um procedimento recorrente por parte dos pretensos proprietários. A extensão de tal prática era tão evidente que seriam reconhecidos pelos próprios poderes públicos.⁵ Tal quadro ganharia novos contornos no século XX.

Desde o início daquele era bastante tensa a situação envolvendo colonos e “posseiros” (acusados de invasores) na Fazenda Nacional de Santa Cruz, de propriedade da União. Tal situação atravessaria praticamente todo o século (até da década de 80 para ser mais preciso).

³ FRIDMAN, Fânia. *Os donos do Rio...*, p. 154.

⁴ idem. p. 175

⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes. “A grilagem como legado”. In MOTTA, Márcia e PIÑEIRO, Théo Lobarinhas(orgs). *Voluntariado e Universo Rural*. Niterói: Vício de Leitura: 2001. p. 80.

Ao acompanharmos passo a passo o desenrolar de alguns desses conflitos ao longo dos anos de toda a década de 50 e início do de 60, é possível observar vários pontos em comum nas estratégias postas em prática por agentes imobiliários de modo a realizar o despejo dos lavradores.

Prefeito e Grileiros Contra Milhares de Camponeses

Tenebrosa História Do Banco de Crédito Móvel

Documentos falsos baseados em documentos falsos — Onde o banditismo domina os governos — A ação unida de camponeses e posseiros poderá derrotar a quadrilha do «grilo»

Encerrando a série de reportagens sobre a escandalosa prática das terras arrotadas, relatamos brevemente a história do Banco de Crédito Móvel, organização que, por seus atos de banditismo, tornou-se tristemente célebre em todo o país.

CADEIA DE FALSIDADES que vêm sendo de há muito disputadas por sucessivos quadros grileiros, pelo Banco de Crédito Móvel estabelecido em Casimira e Vazquez Grande. São terrenos

de áreas de proprietários, cada um procurando legitimar a propriedade da terra na base de títulos falsos anteriormente forjados. Antes de Fernando Lefevre, por exemplo, que se encontra sob os nomes de empresas como Companhia Serra de Tijera S. A., Jardim Oceânico, Companhia Ti. José Mar S. A., Companhia

Marapendi S. A., para duas terras já haviam sido documentalmente registradas por Joaquim José Rodrigues Baiao. Mas os terrenos já tinham sido registrados anteriormente, em 1891, pelo Banco de Crédito Móvel, também legalmente. Isso porque, em 1876, um registro havia sido



forjado por Leonardo e Hir Myl Alvarez, que passaram por cima de outro registro fraudulento praticado por José Maria Corrêa de Sá, auxiliado em parte por um despocho do príncipe D. Pedro.

MECANISMO DA TRANSMISSÃO
A forma pela qual o Banco de Crédito Móvel se tornou senhor das vastas extensões de terras constitui o processo

“Possesores” trabalham nas piores condições possíveis e vivem em constante desespero ante a ameaça de serem despejados pelas “grileiras” encabeçadas pelo Banco de Crédito Móvel.

Extensivos os Preços

Imprensa Popular, 1954.

PEDRA DE GUARATIBA: “Uma história de muitos anos”

Em julho de 1951, a grande e pequena imprensa noticiavam, com grande alarde e preocupação, a situação vivida pelos posseiros de Pedra de Guaratiba, cuja história, segundo *O Radical*, remontava aos “Tempos Coloniais”. Numa série de reportagens intitulada “Vai correr sangue”, o jornal afirmava que apesar de terem pertencido a vários proprietários, as terras que abarcavam a Fazendas da Pedra e Campo de Criação pertenciam ao domínio da União naquele momento. Porém, isso não impedia que Pedro Moacir, “o maioral dos grileiros”, tentasse “um inominável atentado ao direito de trabalhar, lesando a fazenda pública” e se apossando de terras pertencentes a esta.⁶ Contudo, um funcionário da loteadora de Pedro Moacir afirmava no *Diário Trabalhista* (de propriedade do mesmo) que se tratava na verdade “de um empreendimento arrojado”. Explicava César Gusmão, o “funcionário abordado” pelo jornal, que o loteamento se dividia em duas partes: numa área, a “residencial”, seriam construídos 4.500 lotes, na outra, “300 sítios com dimensões variáveis”. Mas os lavradores contra-argumentavam dizendo que Moacir queria mesmo era transformar “a terra que lhes pertence(...) em lugar de Veraneio, de ‘weekends’”. O que lhes soava como um absurdo, até porque, dizia José Sena: “Se terminar a agricultura, termina tudo. Ninguém come casa de verão! Ninguém come banho de

⁶ *O Radical*, 17/07/1951. p. 2.

mar! E nem dinheiro. A gente come é legumes, feijão, laranjas, carne. Se começar a fazer cidades do campo, vamos acabar comendo máquinas. ”⁷

Página 4 IMPRENSA POPULAR 22.5.1952

500 Famílias Ameaçadas de Despêjo

Cartas dos leitores

EM DEFESA DA LIBERDADE DE IMPRENSA
 Saudação pelo aniversário da Tribuna Popular — Carta de Jorge Turco, no Alamo da União.
 ...
 José Sábio Lopes, residente à rua Marechal Bittencourt, em Maracá, escreve-me a seguinte carta:
 "Prezado redator: li, com grande atenção, a nota publicada pela nossa querida Tribuna Popular, relativa à evasão exercida pelo comandante da Zona Militar de Leste, visitado o dia 10 de maio da capital da República que, realmente, detém a liderança do nosso povo e da

Cerca de 500 famílias trabalhadoras da Fazenda Vitor Dumas, em Santa Cruz, estão ameaçadas de despejo por grileiros que pretendem lotear as terras. Depois de tentarem o desalojamento por meio de «cordões», passaram os grileiros à violência, invadindo propriedades, destruindo benfeitorias e, ali, traçando os marcos indicadores das lotes e das ruas. 50 famílias que ocupam a área lotada, já foram impedidas pelos deturcados, tendo algumas delas, recebido ameaças. Viendo a rápida desocupação do local, os grileiros procuram aquelas famílias a fim de lhes fazerem a compra de lotes em locais diferentes, mas a maioria foi percebida e rejeitada. Proprietários, em seguida, o pagamento de indenizações, mediante a existência das vilas em receberem escritura, não mais apareceram. Agora, vários corretores estiveram avisando os moradores da que cairão judicialmente.

ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA
 A Academia Nacional de Medicina realizou hoje, quinta-feira, às 20,30 horas, em sua

VERDADEIRO GRILLO A FAZENDA VILON, EM SANTA CRUZ — O LOTEAMENTO BENDERIA AO VEZEDOR IVAN VILLOE E FAMILIA CÉRCA DE 60 MILHOES DE CRUZEIROS — CONVIVENTE A PREFEITURA

A FAZENDA VITOR DUMAS
 A Fazenda Vitor Dumas ocupa uma área de mais de 11 quilômetros quadrados. Ocupa na rua do Matadouro, estendendo-se ao longo do Rio Colorado do Ministério da Agricultura até o Loteamento Urbano das ruas Bondes de Sepelino, próximo à Avenida do Aracá.

Durante muito tempo permaneceu abandonada, até que um francês de nome Vitor Dumas tornou-se seu loteiro. Muito antes, porém, isto é, por volta de 1902, ali já moravam várias famílias de colonos, muitas das quais ainda continuam. Com a morte do Matadouro Municipal para Santa Cruz, a Fazenda Vitor Dumas teve uma

contra a proposta dos seus pretéritos «donos». Em palestra, com a reportagem, quando ali se realizou o último estivo nos locais, afirmou-me um lavrador:
 — Isto está cheirando a morte. Ninguém vai se meter para engrapar rito.
 Em palestra que tivemos com o sr. Jorge Vilhon, corretor em cargo da mesma, aprendemos que além da família de que faz parte, também o capitalista Antônio Henrique Almeida está envolvido no grilo, chamando que foi para financiar. Perverremos, em seguida, em companhia de um lavrador diversas casas, ouvindo de todos palavras os mais indignados.
CONVIVENTE A PREFEITURA
 Tudo isto, entretanto, se passa com a completa conivência da Prefeitura, que vem agindo com os grileiros abertamente. Com efeito, no fim do ano passado, época em que o loteamento estava sendo tramado, um convite de honoramento, recebido da Prefeitura antes de ser enviado ao Ministério da Agricultura, sob alegação de que era para sua segurança. Pouco tempo depois, o sr. Jorge Vilhon fez uma reunião, em casa de Paulo Alfredo Vilhon, onde definiu os moradores que: ra foi no Brasil é o dinheiro. Publico não tem com eles. Se ainda não sabem disso, ficarão sabendo em breve.
 Como se vê, o governo e seu órgão de administração não têm uma vez demonstrado sua inteira solidariedade aos taboários e grileiros enquanto, por outro lado, continuam a fazer desocupações em campanha no

Imprensa Popular, 22 de maio de 1954.

E segundo a imprensa Moacir não agia sozinho, tinha junto a ele “testas-de-ferro”, os senhores Ervin Reinnert, Rodrigo de Queiroz Lima (“homem perverso, responsável por despejos ilegais e desumanos”), Clemente Ferreira dos Santos, Elias Neves, Cia. Covanca, Cia Garrido, Dr. Marcelo, Georgino Avelino e Godofredo (“seu sócio”). Ainda segundo o jornal, os “assaltos” do “grileiro-mor” tinham requintes de crueldade: tinha sido aberta uma rua por cima dos laranjais e outras lavouras, “com ajuda de tratores pesados”. Todo o “serviço” era “vigiado por uma capanga”.⁸ Alguns lavradores chegaram a ser despejados. Um deles, Joaquim de Souza, “há 23 anos” naquelas terras, disse que o expulsaram de sua casa à noite, debaixo de chuva, tratando-o como se fosse “um ladrão ou malandro”. Além do uso de tratores, Pedro Moacir teria realizado o represamento da água, alagando os terrenos próximos. E os policiais de Guaratiba nada faziam para detê-lo “e a consequência”, escrevia atônito o jornal, “é essa barbaridade que estamos vendo no Sertão Carioca”. No entanto, apesar de toda gravidade envolvida, as violências praticadas contra os lavradores não resultavam em uma expulsão automática. Muito embora, Pedro Moacir fosse retratado como uma pessoa extremamente poderosa, contando com a ajuda de inúmeros “testas-de-ferro”, “capangas” e até com a conivência da polícia, o jornal reiterava que os lavradores continuavam resistindo aos “ímpetos gananciosos do proprietário” e não abandonariam “assim facilmente” aquelas terras.

⁷ O Globo, 07/07/1951. p. 1.

⁸ O Radical, 19/07/1951. p. 1.

PRIMEIRO MANIFESTO DO HOMEM DO CAMPO:

Revolta no Sertão Carioca Contra os Intermediários

Contra a Ganância e a Exploração. Organizada a Associação Profissional Dos Trabalhadores Autônomos da Agricultura de Duque de Caxias — Conclama- dos Para a Campanha Todos os Trabalhadores, Colonos, Possesores e Arrendatários — Vendem Uma Dúzia de Bananas Por Dez Centavos. Mas Estas São Vendidas ao Consumidor Por Cinco, Seis e Sete Cruzeiros — Unidos Dentro de Uma Entidade de Classe, no Espírito Dos Termos do Discurso do Presidente Vargas em 1.º de Maio

Uma dúzia de bananas, que nas vizinhanças de Distrito Federal é vendida pelo produtor por dez centavos, custa, em qualquer quitanda carioca, cinco, seis, sete e mais cruzeiros. Uma caixa de laranjas das melhores, com duzentas unidades, os das menores, com trezentas e trezentas e cinquenta, e vendida aí por vinte cruzeiros, mas, para o consumidor desta capital, custa 15 e 20 cruzeiros a dúzia em qualquer "feirinha" de Copacabana ou nas feiras livres de qualquer bairro. Não acontece de maneira diferente com o preço do chuchu: numa caixa de 20 quilos é vendida por dois cruzeiros e cinquenta centavos pelo produtor, mas nas quitandas vem a custar quatro ou cinco cruzeiros a quilo.

O que isso representa sabem todos muito bem e muito melhor o sabem os próprios produtores: a interferência dos intermediários, exploradores, no mesmo tempo, do homem do campo, que produz, e das populações urbanas, que consomem.

E porque sabem disso os lavradores do Município de Duque de Caxias, abrindo um precedente na luta contra a exploração de que são vítimas e a certeza, resolveram agrupar-se espontaneamente, num verdadeiro movimento de rebelião contra a situação.

Como Lutarão os Agricultores

Para isso, os agricultores, trabalhadores independentes, colonos, possesores e arrendatários daquela zona, resolveram fundar uma entidade capaz de levar a cabo a campanha, que é de interesse não apenas deles, mas de toda a coletividade.

Assim é que acabam de fundar a Associação Profissional dos Trabalhadores Autônomos da Agricultura do Município de Duque de Caxias.

Fundando que sua organização obedecerá à orientação dada pelo Presidente Vargas, em seu discurso de 1.º de Maio, no tri-

bitado de que os trabalhadores brasileiros devem se organizar em suas associações de classe para defender seus interesses, conclamam os homens do campo fluminense a se unirem para conseguir seus objetivos, isto é, pôr termo à exploração de que são vítimas.

Neste caminho, a Comissão Organizadora terminou seu trabalho inicial, já estando marcada para domingo próximo, a posse da primeira diretoria, o que terá lugar às 14 horas, no salão de assembleia geral, no Cinema Santa Isabel, em Santa Cruz, quilômetro 21, Estrada Rio Petrópolis, com a presença de autoridades federais, estaduais e municipais.

Manifesto

do Homem do Campo

Chamando todos os agricultores que não desejam continuar a ser explorados pelos intermediários, a associação lançou seu primeiro manifesto, nos seguintes termos:

Trabalhadores Agricultores! O nosso grande líder Presidente Vargas, em seu discurso de 1.º de maio deste ano, nos aconselhou a organizarmos em Sindicato de classe ou Associação. Quid o Sr. Presidente dizer que

só os trabalhadores organizados poderão reivindicar seus direitos e auxiliar o governo na solução dos grandes problemas do Povo e da Pátria.

Caxias a muito reclamava uma organização dos homens do campo, e depois de grandes esforços da comissão abaixo, já podeis dizer que o povo da Agricultura de nosso Município tem a sua entidade de classe para junto ao governo da República, Ministro do Trabalho, Ministro na Agricultura e governo do Estado, defender os seus direitos e trabalhar pela melhoria da situação em que se encontra o Trabalhador Rural.

Precisamos de assistência Jurídica, Médica e Hospitalar.

Precisamos de uma Colônia Agrícola, Cooperativa de Produção e Consumo.

Precisamos de uma Cooperativa de Crédito para que possamos produzir.

Precisamos de escolas nos campos onde nossos filhos aprenderão a servir a nossa Pátria, para que ela seja maior na expressão física de sua gente, grande no conceito de todos os povos, aliada pela grandeza de nossas possibilidades, rica na fertilidade de nosso solo, enfim independente economicamente e politicamente.

Trabalhadores, colonos, possesores, arrendatários!... a nossa primeira tarefa está terminada, os nossos dirigentes estão eleitos para presidirem os nossos destinos como Sociedade de classe, os quais serão empossados no dia 14 desta às 14 horas em Assembleia Geral a ser realizada no Cinema Santa Isabel em Santa Cruz, K. 21, Estrada Rio-Petrópolis, gentilmente cedido pelo seu digno proprietário.



"O Metrô" em São Paulo estará iniciando por ocasião dos festejos comemorativos do quarto centenário, declara a reportagem o Sr. Gabriel Quadros, a bordo do navio italiano "Anna C".

APRESSARÁ A CONSTRUÇÃO DO "METRÔ" DE SÃO PAULO

Declarações do Sr. Gabriel Quadros, Que Regressou Ontem, da Europa. Pelo "Anna C" — Redução Das Tarifas Aéreas a Partir de Julho de 1953 — Imigrantes Espontâneos Portugueses e Italianos — Para o Rio de Janeiro e Santos

Chegou ontem o navio italiano "Anna C", com 180 passageiros para esta capital e 405 em trânsito para Santos e Buenos Aires. A maioria é de origem portuguesa e italiana, sendo grande parte constituída de imigrantes espontâneos.

UMA REALIDADE O "METRÔ" PAULISTA

Entre os passageiros que se destinam ao porto de Santos, nossa reportagem encontrou o Sr. Gabriel Quadros, membro do Legislativo Municipal de São Paulo, que foi à Europa estudar os "metrôs" do Velho Continente.

Em rápida palestra com o nosso companheiro, o Sr. Gabriel Quadros que, além de Vereador, é médico e engenheiro-agronomo, declarou ter voltado com elementos capazes de colaborar nos projetos e planos ora em curso na Câmara da capital de seu Estado, para a construção do "metrô" paulista. Acredita mesmo que, com o relatório que apresentará, o assunto terá aprovação definitiva e mais rápida possível.

"Não compreendo — disse — como o Rio e S. Paulo se mantêm atrasadas meio século em matéria de transporte coletivo. Madrid, com uma população bem inferior à do Distrito Federal e a de S. Paulo, possui o seu "Metrô".

Pensa o Sr. Gabriel Quadros que, por ocasião dos festejos comemorativos do 4.º Centenário de S. Paulo, o turista poderá assistir às construções iniciais do "metrô" paulista.

REDUÇÃO

Também pelo "Anna C", viajou o Sr. Alfredo Avelino Pinto Guimarães, que chefou a delegação brasileira ao 13.º Congresso da União Postal Universal, realizado em Bruxelas. Deste encontro participaram 93 países, e foram debatidos cerca de 2 mil temas, aprovados perto de mil. Dentre estes, destaca-se a que prevê a redução das tarifas aéreas e a simplificação dos métodos de correspondência, que principiará a vigorar em julho de 53. Outra tese discutida e aprovada — acrescenta o Sr. Pinto Guimarães — foi o desconto que será concedido, na base de 10%, para o serviço de impressões, via aérea. O próximo Congresso será levado a efeito em Otíawa.

Começou a Moralização de Copacabana

Sensacional Diligência da Polícia, Prendendo em Flagrante um Explorador de Mulheres — Primeiros Resultados da Nossa Campanha

Na tarde de ontem, cerca das 15:30 horas, foi realizado, um sensacional flagrante de um crime num apartamento, em Copacabana.

O Flagrante

participante do "branco-velho", o qual é recorrente no crime.

As jovens e o comerciante depuseram, ficando positivado que a casa vinha sendo há muito tempo explorada para prática

Última Hora, 13 de setembro de 1952.

Talvez tivesse certa razão. Quase um ano depois, os lavradores permaneciam lá, em que pese suas alegações sobre a crescente precarização das condições de vida e trabalho: além de continuar a aterrar o córrego por onde eram escoadas as águas das chuvas, os laranjais eram incendiados a mando de Pedro Moacir; "com a desculpa de plantar eucaliptos"; teria ainda conseguido verbas na Prefeitura para o custeio de terraplanagem e loteamento da área. Da mesma forma que no ano anterior, Pedro Moacir tentava provar o seu domínio sobre as terras com base na exibição de escrituras ilegais, notificações e também no uso de capangas. Fato que contava com a cumplicidade de "elementos do Governo", "que estariam garantindo a ação dos malfetores encasacados".⁹

Em abril do ano seguinte, Pedro Moacir teria designado três agentes da Polícia Especial para "espalhar terror entre posseiros da Pedra de Guaratiba". Segundo alguns lavradores, eles percorriam a

⁹ O Radical, 13/05/1952, p. 6.

localidade num carro preto; um deles, teria declarado que Pedro Moacir o instituíra como “fiscal” daquelas terras. Alguns lavradores, além de terem sido ameaçados, disseram que suas casas tinham sido “invadidas”. Entre os ameaçados, havia pescadores, que diziam possuir “títulos de posse” concedidos pela Marinha. Apesar disso, sofriam com “o temor de perder suas terras e com a presença da Polícia que dava guarita à violência contra eles”.

Em outubro de 1953, era novamente notícia a resistência dos lavradores de Pedra Guaratiba em não deixar aquela área. Uma “comissão” que os representava teve uma audiência com o prefeito no exato momento do despacho com o secretário de agricultura João Luiz de Carvalho. Pediram “providências do governo contra os despejos em massa”, que vinham “recrudescendo na zona rural, pela avalanche imobiliária”. Segundo palavras d’*O Popular*, o prefeito teria respondido que sentia “profundo respeito pela causa dos lavradores”, tanto assim, que a municipalidade já estudava um meio para “sustar esses despejos”, que afetavam não só aos lavradores como “à produção do DF”. Mas essa comissão - vale destacar - era também constituída pela “representação” de lavradores de outra região, a da Fazenda Piaí. Ali, a “avalanche imobiliária”, tal como em Pedra de Guaratiba, estava criando uma situação merecedora de “constante e atenta preocupação”.

FAZENDA PIAÍ: uma terra fértil acima de tudo

No dia 18 de abril de 1952, o prefeito da capital federal era obrigado, em meio a tantos despachos, a receber em seu gabinete uma “gente modesta, digna de todo apôio da municipalidade”.¹⁰ Era uma comissão que representava lavradores e pescadores da Fazenda Piaí, “antiga Fazenda Real”, que trabalhavam “ali há muitos anos”. Sua principal reivindicação era a desapropriação daquelas terras. Na verdade, desde 1947, era de amplo conhecimento a situação dessa área, onde “dezenas de agricultores e pescadores” estavam “sendo expulsos de uma terra onde os seus pais nasceram e onde já possuem netos” - ao menos é o que dizia o udenista Breno da Silveira, numa das sessões da Câmara Municipal em 1947.

Em 1953, voltava às páginas dos jornais as tentativas de “tubarões da O.S.A”(uma cia. imobiliária) e do Banco Lopes (de propriedade dos irmãos Lopes) em “roubar as terras de lavradores”.¹¹ Esses irmãos Lopes seriam também, segundo aquele mesmo vereador, “antigos banqueiros do bicho”.

O argumento que os lavradores usavam para legitimar sua posse era em muito semelhante ao dos lavradores de Jacarepaguá na década de 40. Afirmavam que as 8 léguas quadradas da fazenda eram imprestáveis antes da sua chegada, “verdadeiros brejos”, que foram saneados por eles “há 20 anos” –

¹⁰ *Diário Trabalhista*, 19/04/1952. p. 3.

¹¹ *Imprensa Popular*, 14/08/1952. p. 8.

outros diziam lá estar há 40 anos - e transformados “em lavouras que abastecem em grande parte o mercado do DF”. O mato tinha dado lugar a plantações de laranjas, eucaliptos, fruta-do-conde, coqueiro-anão etc. Além de terem chegado antes dos “tubarões” e tomado posse das terras em condições tão inóspitas, os lavradores alegavam que suas atividades eram realizadas em prol da coletividade de toda a cidade. Dessa forma, os lavradores se apropriavam da imagem de uma zona rural abandonada e decadente para respaldar suas pretensões frente à “cobiça” da Cia. Imobiliária. Um dos lavradores dizia ao repórter do Imprensa Popular: “ - Veja o senhor que ninguém fez nada pela gente e agora que estas terras melhoraram todos ficam de ‘olho grande’ em cima delas”. Do mesmo modo, o jornal reafirmava - dizendo, para isso, basear-se em depoimentos dos lavradores – sua certeza na existência de um padrão de ação (ou de ataque) dos pretensos proprietários para desestabilizar o sistema de vida das famílias de lavradores: “Os métodos de que se serve a empresa [a O.S.A.], em nada diferem dos usados por tantas outras: intimidação, violências, invasão de terras, aos quais os camponeses vêm resistindo heroicamente.”

Os Tubarões da O. S. A. Imobiliária Querem Roubar As Terras dos Lavradores

Nas proximidades de Santa Cruz, Campo Grande e Sepetiba, distante mais de três horas de viagem do centro urbano do Rio de Janeiro, fica localizada a «Fazenda do Piaí». É uma vasta extensão de terras antigamente impróprias, mas que o trabalho abnegado dos que para lá se deslocaram transformou em terrenos aproveitáveis para a lavoura.

Quando informações dos lavradores que estiveram em contacto com a nossa reportagem, a «fazenda», dividida em vários lotes, made, mata em maciço, etc. ligadas quadradas e habitadas por dezenas de famílias camponesas.

ONEM AQUI SE TEM ROSSEGO

Há um vulto não passageiro, aquelas terras, aliadas, em grande parte à beira d'água, apresentavam beijos lindos que constituíam focos de atracção. A culpa de muitos acrebícios, os lavradores conseguiram apenar as terras e terras formadas em lavouras que abastecem em grande parte o mercado do Distrito Federal. Mas os camponeses vivem entregues ao completo abandono por parte do governo, e como se não não habitasse, os terre-

DEZENAS DE FAMILIAS CAMPO-ESAS AMEAÇADAS DE EMBULHO — GANHARAM AS TERRAS AO MAR, PREPARAM-NA PARA A LAVOURA E AGORA A O. S. A. QUER EXPULSA-LAS — PLANTAÇÕES QUEIMADAS E LAVOURAS DESTRUIDAS —

... já saíram despejados a cabeça de companhias imobiliárias, entre as quais, a O.S.A., andou por lá procurando que passaram a abarmentar a existência dos lavradores instalando rodar-lhes as terras. Isso fez com que um dilema, revoltoado com essa situação, disse ao nosso repórter:

— Veja o senhor que ninguém fez nada pela gente e agora que estas terras melhoraram todos ficam de ‘olho grande’ em cima delas. E arrematou:

— Nem aqui se tem sossego.

ONDE ENTRA A OSA

E a companhia tem estradas de rádio, pois a O.S.A. Companhia Imobiliária, com sede na rua de Positivo, nº 47, andou, vem fazendo tudo de todas as maneiras para abocanhar as terras da «Fazenda Piaí». Os métodos de que se serve a empresa, em nada diferem dos usados por tantas outras: intimidação, violências, invasão de terras, aos quais os camponeses vêm resistindo heroicamente.

De início, um emissário da O.S.A., andou por lá procurando que passaram a abarmentar a existência dos lavradores instalando rodar-lhes as terras. Isso fez com que um dilema, revoltoado com essa situação, disse ao nosso repórter:

— Veja o senhor que ninguém fez nada pela gente e agora que estas terras melhoraram todos ficam de ‘olho grande’ em cima delas. E arrematou:

— Nem aqui se tem sossego.

diante, a Companhia Imobiliária passou a lançar mão de outros métodos, inclusive a queima de plantações e da destruição de estradas no meio da lavoura. Isso aconteceu, por exemplo, nos terrenos do camponês Edmundo Valente, que teve grandes prejuízos causados pela fúria, sem receber qualquer indenização.



TEMEROSOS ante a possibilidade de serem expulsos de suas terras, de vez que a O.S.A. tem a polícia a seu serviço, os camponeses se queixam à nossa reportagem

PARA VPT BARANFO

Imprensa Popular, 14 de agosto de 1952.

Depoimentos como o de Benedito, lavrador na área “há cerca de 10 anos”, só vinha reforçar isso: numa sexta-feira de 1955, teria sido vítima de um “despejo sumário” de uma pequena área “que ocupou” na Fazenda Piaí. Dois oficiais de justiça acompanhados de vários praças da PM o despejaram. Sem ter tido “tempo de apanhar nada, saiu com a roupa do corpo”. “Tentou suicídio” - declarou – mas “foi impedido pelos vizinhos”. Procurou um vereador, o pessedista Osmar Resende,

para contar tudo. Poucos meses antes, os “grileiros” teriam “espancado” uma lavradora e, não satisfeitos, obrigara-na a assinar um documento no qual declarava ser “simples intrusa” daquela terra.¹² Em fins de 1956, os irmãos Lopes teriam preparado uma “lista negra” com o nome de alguns lavradores. E para mostrar que não era uma simples intimidação, teriam “tomado” a casa de um ancião.¹³

“Heróico” ou não, o certo é que a O.S.A. e outros “tubarões” eram obrigados a lidar com vários esforços de alguns lavradores para não deixarem as terras. Às medidas judiciais somavam-se iniciativas de cunho político, como pedidos de audiência com vereadores e autoridades da prefeitura. Foi exatamente isso que fizeram, quando junto com lavradores de Pedra de Guaratiba, foram ter uma audiência com o prefeito. Ou quando foram à Câmara Municipal em novembro de 1955 para pressionarem os líderes das bancadas a assinarem um projeto de desapropriação da área. Um ano depois, eles “estudavam” a possibilidade de fazer uma “visita a diversas autoridades” de modo a agilizar o trâmite do processo que moviam contra os pretensos proprietários através do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Imprensa Popular, 18 de agosto de 1953.

CURICICA: lavradores e “lavradazes” na “fortaleza inexpugnável”

¹² *Imprensa Popular*, 02/11/1955. p. 4.
¹³ *Imprensa Popular*, 06/12/1956. p. 3.

O nome, digamos, oficial dessa área era Fazenda Santo Antônio de Curicica(Jacarepaguá). Os primeiros embates entre lavradores e pretensos proprietários a chamar a atenção da imprensa datam do início da década de 50. Em 1952, por exemplo, os senhores Júlio César Fonseca e Gustavo de Carvalho (pretensos proprietários) conseguiram uma ordem de despejo contra cerca de 120 famílias que, assim diziam, trabalhavam ali há mais de 30 anos. Outra exigência foi encaminhada ao prefeito no sentido de que esse designasse uma comissão composta de três engenheiros para proceder ao “levantamento da área”. A luta desses lavradores era bem mais antiga: há 17 anos pelo menos, muitos deles vinham depositando as taxas de arrendamento em juízo. Em 1947, a Cooperativa de Agricultores de Jacarepaguá e a Liga Camponesa de Vargem Grande já mobilizavam esforços para tratar da “ameaça de expulsão” de 46 lavradores na Fazenda Curicica. Mas nesse momento, as salas dos tribunais já não eram suficientes para comportar por inteiro os embates entre os lavradores, que se diziam responsáveis pelo abastecimento de 40 toneladas diárias de legumes, frutas e verduras aos mercados do DF, e os “grileiros” Júlio César Fonseca, Luiz Saddy, o Banco de Crédito Móvel, a Cia. Bandeirantes e o Banco de Crédito Territorial, acusados de se valerem “de documentação falsa e de outros meios escusos” para satisfazerem seus intentos - afirmava o’ *Radical* em 1954. “A luta pela posse da terra está mais acêsa e mais violenta em Jacarepaguá” – noticiava com certo entusiasmo o comunista *Imprensa Popular* em julho de 1954. Lendo as declarações de alguns lavradores, é possível perceber que as disputas em torno da posse da terra já não tinham o recato e comedimento exigidos por uma disputa jurídica. Ao contrário, os últimos acontecimentos davam força à idéia da história de Curicica como tendo sido feita “de sangue, violências e desumanidades”. O depoimento de Raimundo Nonato, que “ali chegou há 27 anos”, é emblemático:

tudo era mato e mosquito. Secamos o charco e saneamos a restinga. Lavramos, plantamos e logo chegaram os ‘donos’ da terra, um tal de ‘seu’ Fonseca e outro de nome Sady, dono de casas de seda, maiores da Fazenda de Curicica. Meu cunhado, o João Francês, foi expulso do sítio que plantou durante 22 anos e muitos outros tiveram de sair. Já por duas vezes quiseram me expulsar sem pagar as benfeitorias da terra. Mas eu os toquei à bala. Daqui só saio morto, porque a terra é nossa, nós a saneamos, somos nós que plantamos.¹⁴

O aumento da violência era atribuído por lavradores e imprensa à aplicação de uma tática agressiva por parte dos pretensos proprietários. Segundo nos conta o *Imprensa Popular*, em meados dos anos 50 “o grileiro César Augusto da Fonseca conseguiu trampolinescamente(sic) ampliar uma área de 535 mil para quase 5 milhões de m² a poder de tapeações, crimes e tocaias”. O curioso é que mesmo reconhecendo que pagavam arrendamento, os lavradores se auto-intitulavam “posseiros”.

¹⁴ *Imprensa Popular*, 03/02/1955. p. 8.

Como tais, eles teriam resistido ao despejo provido por J.C.Fonseca em 1952 e “obrigado” o secretário de Agricultura a comparecer “diante deles” e “prometer a desapropriação da fazenda”.¹⁵ Outros, diziam ser posseiros desde o início, afirmando ter ocupado as terras objeto de disputa como autênticos desbravadores. Ana Hardy, “uma das vítimas do Banco de Crédito Móvel”, que junto com seu marido morava “lá há 25 anos”, dizia que aquela área era uma “floresta indevassável” antes da sua chegada, tomada por mosquitos, cobras, jacarés; só depois de “árido trabalho” conseguiram transformar aquilo em “chácara”. Mas o termo *posseiro* traduzia não apenas uma condição formal, uma determinada relação jurídica com a terra, mas igualmente um certo modo de vida, ao qual estava inextricavelmente ligada uma série de concepções e valores morais que norteavam o entendimento dos lavradores sobre coisas como terra e trabalho. Contrapostos à suposta personalidade dos pretensos proprietários, que eram donos de Companhias Imobiliárias, verdadeiras “arapucas”, que ante a resistência dos lavradores, lançavam “mão dos mais diferentes ardis”, que tentavam dar “golpes”, vendendo lotes “inexistentes em terras que não” lhes pertenciam, os “posseiros” possuíam, segundo eles e a imprensa, os requisitos não apenas formais (ocupação efetiva com das áreas, com antecedência em relação aos pretensos proprietários, há vários anos e de forma mansa e pacífica) como também possuíam qualidades morais e éticas capazes de legitimar as suas pretensões: “São [os “posseiros”] chefes de família, são brasileiros que trabalham de sol a sol para amenizar a fome do povo”, e que “por isso”, vaticinava *O Radical*, “merecem o que pleiteiam: a regulamentação de posseiros, dentro do que preceitua a lei”.



Posseiros de Curicica na redação do jornal *Última Hora*, 11/10/1954.

¹⁵ *Imprensa Popular*, 30/08/1952. p. 4.

Logicamente, essa, não era a opinião de Etienne Brasil, advogado de um dos pretensos proprietários – César Fonseca, que junto com seus filhos Celso Guimarães Fonseca e Cibele Guimarães Fonseca Vaz de Carvalho, eram, na visão do advogado, os “únicos donos” da área. Para E.Brasil, tinha havido sim “um verdadeiro *complot* de elementos de várias espécies para assaltar com violência a grande propriedade”. Convicção que se devia ao fato deles estarem amparados por “títulos transcritos” e “posse perpetuada” através de “arrendamentos diminutos” a antigos sitiantes. A disputa pela fazenda Curicica não era apenas entre pretensos proprietários e lavradores. Para E.Brasil a fazenda tinha ganho *status* de “fortaleza inexpugnável” depois de ter resistido “às tentativas de esbulhos (...) ensaiadas por grileiros e ambicionantes”, especialmente o Banco de Crédito Móvel. Este estaria “por vingança pela sua derrota”, semeando “dúvidas entre os sitiantes ignorantes”, fazendo com que alguns deles acionassem os clientes de E.Brasil na justiça. No entanto, embora os custos financeiros dos processos movidos contra o referido banco fossem consideráveis, o que causava maior contrariedade naquele momento eram, sem dúvida, as “audaciosas tentativas” de “agitadores, que infestam, de alguns anos para cá, o território nacional”. Um dos caminhos usados pelos “agitadores” teria sido “incitar os ocupantes a deixarem de pagar aluguéis e a não reconhecerem mais os donos. Pelo seu *slogan*, pois, ‘a terra pertence a quem trabalha’. Os donos legítimos, com justo título e registro embora (sic), seriam ‘grileiros’”. João Hardy teria sido um dos que, “açulado pelos agitadores”, não quis mais pagar as prestações. E mais do que isso: “Durante a proteção, a mulher de Hardy [a já citada Ana Hardy]lavava roupas para pagar mensalidade ao advogado protetante”, revelava E.Brasil. Á linguagem moral ou “*slogan*” dos “posseiros”, o advogado contrapunha uma linguagem pretensamente objetiva e auto-evidente, baseada em – como ele mesmo dizia – “muralhas judiciárias intransitáveis”. O “direito” e a “justiça” de suas alegações emanariam dos artigos do código civil e dos votos e pareceres dos juízes, e não do fim social ou da concepção de terra que tinham os pretensos proprietários. Objetava ainda E.Brasil que nem mesmo a lei cogitava da existência do “posseiro”, o que só vinha confirmar a “injustiça” das pretensões dos “intrusos”(era assim que designava os “posseiros”). Além disso, o advogado procurava sublinhar as contradições presentes na estratégia de defesa do advogado dos lavradores, pelo qual “arrendatários” se auto-proclamavam “posseiros”. “Viciaram-se os lavradores arrendatários em falar de ‘uma posse’ e transigirem com a ‘sua posse’, imaginária. Inquilino só tem posse delegada. Intruso, nenhuma justa.”¹⁶ O que lhe permitia dizer, de forma inquestionável (ao menos assim pensava): “O Banco de Crédito Móvel é, pelo menos, confrontante. Os agitadores e empreiteiros assalariados não são nada”.

¹⁶ Para ver como a argumentação sobre a identificação de “confrontantes” servia como instrumento de poder, no contexto do século XIX, ver MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à*



Última Hora, 06/04/1963

A.B.C: as atitudes de B.N.V

Em 1954, um grupo de lavradores, “mais de 30 posseiros”, “há mais de 40 anos” estabelecidos nas terras da antiga Granja Avícola Pastoril, na localidade de A.B.C, diziam estar sendo objeto de tentativa de despejo movida pelo senhor Benedito Netto Velasco. Este teria recebido terras de um tal major Motta “no pé da serra”, contudo foi avançando “serra acima e para os lados”, no exato local onde ficavam os lavradores e suas benfeitorias”.

E se nos fiarmos nas declarações dos lavradores, podemos ver que “as atitudes” tomadas por B.Velasco eram muito semelhantes das que outras pessoas chamadas de “grileiras” praticavam contra eles pelo Sertão Carioca afora. No início de 1954, o senhor Velasco teria “recorrido à violência com ajuda de capangas”, como estampava em uma de suas páginas o *Imprensa Popular*: segundo o periódico comunista, além de cortarem a cerca de Francisco Martins, teriam também “perseguido” a Otávio José Medeiros, Nelson Manuel Bitencourt, Mario de Aquiles e Carlindo Bastos. Tudo porque, eles e o restante dos “posseiros”, não aceitaram as propostas de Velasco, mediante as quais tentava oferecer “16 mil” por terras que “valiam 400 mil”, e benfeitorias “de 50 mil a 5 mil”.¹⁷ Por seu lado, Velasco teria desmentido tudo pela imprensa. O *Terra livre* descrevia assim a sua tentativa em esclarecer seu público-leitor do que estava realmente acontecendo: “Para os certificarmos da verdade,

terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/APERJ, 1998. (especialmente o capítulo V).

¹⁷ *Imprensa Popular*, 14/06/1957. p. 4.

fomos até essa localidade falar diretamente com os posseiros. Ao saltarmos do bonde que nos conduziu até lá, encontramos um dos mais antigos lavradores do lugar, o sr. Otaviano”, que teria dito: “Trabalho há 20 anos nestas terras e nunca conheci seu dono. De um ano para cá surgiu esse senhor intitulado-se dono da terra. Do Velasco só conheço esta área próxima à estrada, que deve medir mais ou menos uns 100 mil m².”¹⁸

Grileiro em Guaratiba Quer Passar o “Conto do Terreno”

Onda de perseguição contra os lavradores — O “grilo” proibiu a passagem pelo caminho que fica em “suas” terras — Benedito Velasco, o indivíduo inescrupuloso que diz ter “escrituras” das terras de Guaratiba (TEXTO E FOTOS DE GUINA NICOLA)

Guaratiba, sertão carioca, continua a ser alvo da sanha dos grileiros que tudo fazem para dali expulsar os lavradores. São inúmeros os grileiros que por ali passaram. Usaram de todas as arimbanhas, mas nada obtiveram. Desta feita é o grileiro Benedito Velasco. Este indivíduo alega que tem as “escrituras” daquela terra. Uma alegação feita por todos os “grilos” quando quer se apenhar de terras alheias. Mas quando a Justiça vai ver, ou elas são falsificadas, ou não existem.

O CAMINHO

A perseguição desencadeada por Benedito Velasco contra os camponeses de Guaratiba, é grande. Uma de suas mais recentes arbitrariedades é a sua tentativa de fechar um velho caminho, construído pelos lavradores há anos, que mais rapidamente vai dar à estrada de rodagem. É por ele que os camponeses podem levar suas mercadorias às quitandas, ao mercado, ao comércio em geral. O grileiro achou por bem proibir a passagem. Mandou abrir uma outra, por onde torna três ve-

zes mais difícil e longa a caminhada até a estrada de rodagem.

LOTEAMENTO

Mas o real motivo de desviar o caminho outro não é se não a de facilitar o loteamento daquela área de terra. Benedito Velasco pretende, e isso já confessou aos lavradores, lotear toda a “sua” terra. Pretende apanhar inocentes e lhes vender as terras que pertencem à União, desaparecendo depois. Pretende

passar o “conto do terreno”. É para isso que vem perseguindo e pondu em subreptício os camponeses que ali trabalham há dezenas e dezenas de anos.

APELO

Os lavradores de Guaratiba fizeram um pedido ao repórter de IMPRENSA POPULAR para que faça um apelo ao prefeito e ao presidente da Ildefônica a fim de que tomem medidas contra este tipo aventureiro.

VALE UZEIRO

braços imploravam aqui e ali que enchessem suas latas. — «Mezmo com o resto serve, «seu móço». O que nós

Encerrar-se-á a 31 de Dezembro o Alistamento Eleitoral

Encerrar-se-á a 31 de dezembro próximo o prazo para alistamento eleitoral sem multa e sem sanções, como preceitua o art. 3º, parágrafo único de lei nº 2282/56. O encerramento geral do alistamento se dará a 24 de junho de 1958, nos termos do art. 4º da Lei nº 2300/55 (com multa e sanções para os que, estando sujeitos ao alistamento, não se apresentarem até 24 de junho de 1958).

Imprensa Popular, 18 de junho de 1957.

Fazia questão de mostrar sua “roça”, a qual tinha “ocupada e produzindo”: media 178 mil m² e só de laranja lima tinha 1.588 pés, naquele ano já tinha colhido 398 caixas; de aipim tinha mais de 500 pés, além de mangueiras, bananeiras, etc. Por tudo isso, o “grileiro” queria lhe “dar uma bagatela (...) como indenização”. Segundo declarações do sr. Otaviano, prontamente confirmada pelo sr. Bitunga (“também posseiro”), “um dos posseiros recebeu a miséria de 2.555,00 a título de indenização pelo seu sítio, o qual foi vendido, depois, pelo Velasco, por ... 350.000,00”.¹⁹

D.Creuz, “uma das sitiadas ameaçadas”, conta como chegou naquelas terras, as dificuldades vencidas para consolidar sua posse e o que fez com que “de uns tempos pra cá”, passasse a viver uma situação de medo:

- Cheguei para este sítio em 1922, juntamente com o meu marido. Aqui só encontramos mato. Passamos as maiores privações neste lugar e aqui perdemos 3 filhos em consequência da água que

¹⁸ Terra Livre, 1º quinzena de setembro/1954. p. 3.

¹⁹ Ibidem.

tomavam. Mas vivíamos calmamente: até no ano passado, quando fomos intimados, os 32 posseiros, para comparecer à delegacia de polícia. Lá encontramos o dito Velasco que se intitula dono das terras. Quase fomos espancados. 25 dos Posseiros foram “indenizados” com bagatelas. Quanto a mim, o sr. Luiz Carlos* ofereceu 17.000,00 de indenização, quando só a minha casa vale 40.000,00 e isto sem contar os 800 pés de bananas, os abacateiros, as mangueiras, ameixas, mamoeiros etc. Eu lhe disse que só sairia daqui dentro de um caixão. Daí pra cá ele vive nos perseguindo e disse que o posseiro Nelson vai sair das terras, quer queira ou não, porque ele vai vende-las para um delegado de polícia.⁷⁴²⁰

Pouco mais de um ano depois, o *Imprensa Popular* voltava a publicar as mesmas denúncias contra B.Velasco. Estaria “confirmada a grilagem”, segundo o jornal, pelo que dizia uma carta de um “leitor que assina Leão”. Nela estavam relatados “fatos que comprovam essa grilagem”:

Um dos posseiros mais visados, o sr. Otaviano José Medeiros,(...) procurou em sua defesa o advogado dr. Juvêncio, da Colônia de Pesca da Pedra de Guaratiba. Este advogado, diz o missivista, vendeu-se ao grileiro passando a convencer Otaviano que seu constituinte devia vender sua posse avaliada em CR\$ -- 400.000,00 por 80 mil, a B.V., transação essa imediatamente quitada. Como pôde o grileiro Benedito comprar terras que lhe pertenciam?²¹

E o “leitor Leão” informava ainda que dois “cidadãos portugueses” teriam adquirido terras griladas por Velasco. “A prova de que foram griladas”, diz em sua carta, “é que Benedito Netto Velasco nunca fez promessa de venda, e nada faz para providenciar escrituras. Os portugueses srs. Manuel e Abelardo, foram ludibriados perdendo o dinheiro que deram por essas terras e a grilagem de B.N.V. fica comprovada.”

Mas dentre as conseqüências das “atitudes” de B.Velasco, que segundo declaração de um lavrador, só contribuía para aumentar a “insegurança que reina nestas terras”, havia uma peculiar em comparação com outras áreas. O que mais os preocupava era o fato daquele senhor estar acabando com “uma passagem” usada há mais de 34 anos por eles. Este caminho ligava o morro do A.B.C (onde moravam) às terras de cultivo e aos campos de pastagem. Ela era considerada um “caminho vital”, por onde os lavradores levavam “suas mercadorias às quitandas, mercados, etc.”.²² Velasco teria feito outro, porém muito mais estreito, impossibilitando a passagem de animais. Outros lavradores diziam também que esta nova passagem era três vezes maior que a antiga.

Apesar das várias denúncias que circulavam contra B.Velasco, *O Popular* – jornal cujo proprietário era seu irmão, o senador Domingos Velasco – afirmava que as terras em questão

* Provavelmente, devia ser um representante de Benedito Velasco.

74

²⁰ Ibidem.

²¹ *Imprensa Popular*, 05/06/1955. p. 7.

²² *Última Hora*, 27/11/1956. p. 11.

pertenciam a ele, pois as tinha adquirido entre os anos de 1924 e 1946, “umas por compra e outras arrematadas em hasta pública”. Não só tinha direito sobre as terras, como também tinha cumprido – fazia questão de afirmar - com “todas as exigências” das leis relativas à constituição de loteamentos. Além disso, toda a documentação estaria no 9º Ofício de Registro Geral de Imóveis.²³ E para aqueles que por acaso estivessem interessados em comprar algum lote ou chácara do “Loteamento Mato Alto”, todo ele servido de “luz, bondes, ônibus, lotações, escola e armazéns à porta, perto da praia”, mas que apesar disso tivesse algum receio em função daquelas notícias, B.Velasco prometia, no exato momento da compra, “posse e escritura imediata”.

MENDANHA: a origem das escrituras nada sagradas

Esta região era constituída pelas fazendas Sete Riachos, Guandu do Sena e Guandu-Sapê. Suas terras produziam hortaliças e verduras e, em menor escala, cana-de-açúcar, banana, laranja e aipim. A agricultura parecia ser a principal preocupação dos habitantes do lugar até o momento em que o “drama” vivido pelos “colonos” dessa região passou a mobilizar as atenções da imprensa e políticos cariocas a partir do início dos anos 50. As duas primeiras fazendas citadas tinham sido desapropriadas pela prefeitura mediante o decreto de nº 9.942 de 29 de outubro de 1949, com o fim de impedir o seu loteamento. Mas por “arte de berliques e berloques que não posso explicar, essas desapropriações foram tornadas, posteriormente, sem efeito”, lamentava na tribuna o vereador petebista Gonçalves Maia numa das sessões da Câmara Municipal em meados de 1951. Segundo G.Maia, 80 lavradores “que ali nasceram e, há cerca de 50 anos desbra[va]vam aquelas terras”, mandando para o Mercado Municipal 40 toneladas de frutas e legumes, estavam “agora, na iminência de serem despejados, pela ganância de companhias que querem retalhar aquelas terras em pequenos sítios para ‘grã-finos’ do Distrito Federal fazerem seu *week-end*”. Os autores desse “atentado” seriam, segundo o tribuno carioca, Adroaldo Mesquita, ex-ministro da marinha e “uma criatura que devia medir as suas responsabilidades públicas e não lançar à miséria aqueles desbravadores do sertão carioca”; e a Cia. Imobiliária Nossa Senhora das Graças, da Congregação dos Marianos. Um ano depois, o que parecia difícil acabou acontecendo – a situação dos lavradores ganhava lances mais “dramáticos”.

²³ *O Popular*, 01/11/1953. p. 5. Os anúncios do “Loteamento Mato Alto” passaram a ser veiculados quase que diariamente n’*O Popular* a partir de novembro de 1953 até outubro do ano seguinte, quando o jornal parou de circular.

No dia 30 de junho de 1952, o então ministro da Marinha Renato Guilhobell recebia em seu gabinete um telegrama do vereador petebista João Luiz de Carvalho dando conta de um “desrespeito à Constituição da República” praticado segundo ele pela Marinha.²⁴ Tratava-se de um “atentado praticado contra centenas de lavradores na Fazenda Guandu do Sapê (...) pondo em perigo a vida de laboriosos homens do campo que tiveram ainda suas benfeitorias avariadas”. Os autores de tal crime teriam sido dois “choques” de fuzileiros navais. Ao fim do telegrama, o indignado vereador pedia que o ministro salvaguardasse os “direitos de modestos patrícios ameaçados de violência”. Uma semana depois, o *Imprensa Popular* apresentava mais detalhes sobre a incursão da Marinha sobre a região. Segundo o jornal, 50 famílias “camponesas” estabelecidas “há mais de vinte anos” estavam sendo expulsas a canhões e metralhadoras pelo Ministério da Marinha”. A operação dos fuzileiros navais teria começado em 27 de junho, quando “fincaram bandeiras num morro, onde fica[va]m várias casas, e para lá apontaram os canhões, metralhadoras e fuzis”. Alguns lavradores, especialmente suas esposas, tentaram interromper a operação, mas “os gritos das crianças e mulheres não comoviam os atiradores, que continuavam impassíveis a disparar suas armas”. O resultado de tudo isso foi um sem número de roçados destruídos, casas avariadas e lavradores atormentados, “já que permanecia viva naqueles trabalhadores a visão do que ocorrera”. D. Noêmia Alves Ferreira, “espôsa de um colono”, contou: “- Estava deitada com meu filho de quatro meses. Quase morri de pavor. Fiquei como louca, com tanta explosão e tiro”.²⁵

Os lavradores diziam que o Ministério da Marinha pretendia instalar ali uma fábrica de armamentos. Ao invés de negociar, o órgão tentava expulsá-los através da intimidação. Ao que parece, os lavradores da Guandu-Sapé não estavam dispostos a questionar abertamente a legitimidade do domínio da Marinha sobre as terras. O que eles não aceitavam era a forma como a Marinha pretendia removê-los, com base na violência e sem nenhum tipo de indenização. Esta última era vista como um direito, já que diziam ser “arrendatários” do “antigo dono” – o coronel João Crisóstomo. Pouco mais de quatro meses depois, João Luiz de Carvalho ia à tribuna da Câmara Municipal reclamar das “autoridades competentes”, que nada fizeram depois do telegrama por ele enviado dando conta do “crime de lesa-pátria” da Marinha: “Quando um brasileiro pretende trabalhar e ser útil à sua Pátria e procura melhorar o seu nível de vida e quer dar maior conforto à sua família, vem o próprio Governo despeja-lo de suas propriedades, para, nos seus terrenos, construir uma fábrica de cartuchos.”

²⁴ *Imprensa Popular*, 01/07/1952.

²⁵ *Imprensa Popular*, 06/07/1952. p. 3.

No mesmo ano, bem perto dali, os lavradores estabelecidos nas fazendas Sete Riachos e Guandú do Sena, comemoravam a decisão da Câmara Municipal em desapropriar a área abrangida pelas duas fazendas. A Câmara, apoiada pelo então prefeito João Carlos Vital, tinha decidido também destinar uma verba de 30 milhões de cruzeiros para a realização da desapropriação. Porém, nos últimos meses do ano seguinte encontramos os lavradores protestando contra o não cumprimento da lei pelo prefeito Dulcídio Cardoso, sucessor de Vital. Dulcídio estaria “prendendo a verba”, fato que para o *Imprensa Popular*, evidenciaria o seu conluio com uma cia. imobiliária, neste caso, a Nossa Senhora das Graças. Dois dias depois, o mesmo jornal denunciava que parte da renda estava sendo utilizada para compra de jaulas de leões e girafas para o Jardim Zoológico.

Desde então, sempre que tinham oportunidade, os lavradores expunham a história da ocupação daquelas terras. Através dela, os lavradores tentavam mostrar que sua posse além de muito antiga, tinha se dado de forma mansa e pacífica, fato que só foi interrompido com a construção das primeiras estradas de rodagem e a conseqüente valorização imobiliária da região, o que teria despertado a “cobiça” de pretensos proprietários, que sempre agiriam com base na violência. Outra estratégia usada era a caracterização da área como terra devoluta. Assim como em outras áreas, os lavradores também destacavam o fim social de sua produção em favor da população da cidade do Rio de Janeiro: só do Guandu do Sena, saíam 10 toneladas de gêneros toda segunda, quarta e sexta para o mercado de Madureira. Assim, os lavradores procuravam argumentar que as ações dos grileiros eram prejudiciais não só aos lavradores como a toda população carioca. Vejamos o depoimento de um desses lavradores. Caso de Cirilo Ribeiro, “lá há 58 anos”, preocupado com a situação pela qual estava passando depois que “beneficiou em dezenas de contos as terras onde nasceu e cresceu toda a sua família”: “Desde 1929, no governo de Washington Luiz, apareceu por aqui a ambição de terra. De lá para cá nunca se teve mais sossego. Quando cheguei aqui, quem queria, plantava.” Antes “só havia capoeira”, sendo portanto terras da União. Depois de muito tempo apareceram “pessoas que cercaram as terras dizendo-se suas proprietárias”. Alguns fizeram um leilão, arrematado por 11 contos e 500 por José Garcia Ferreira; dele herdou as terras Marcos Garcia Pereira, que passou a cobrar aluguel “logo que umas estradas começaram a passar pelas proximidades”. Em 1947 “apareceram os Padres e a Cia. que todo dia avisavam que deveriam abandonar as terras”.²⁶

E aquilo que os lavradores mais temiam era oficializado em 22 de janeiro de 1954 no *Diário Oficial*: o prefeito revogava a desapropriação das fazendas Sete Riachos e Guandú do Sena. Dois dias depois, o Radical publicava o agradecimento da agora Cia. Imobiliária Jardim Nossa Senhora das

²⁶ *Imprensa Popular*, 11/11/1953. p. 8.

Graças pelo ato do prefeito. Domingos Otavio Jacobina Lacombe, o autor da mensagem, também agradecia ao senador Apolônio Sales, ao coronel Saturnino Lange e demais “acionistas militares”.²⁷

Além da Cia. Jardim Nossa Senhora das Graças, outro pretense proprietário a requerer o domínio sobre as terras era Antônio Vaz Cavalcanti. Na verdade a área por ele requerida era parte da Sete Riachos. Zé Mota, lavrador ali estabelecido “há 16 anos” dizia que assim como ele, “os outros” também sofriam com as “ameaças de grilo” por parte de Cavalcanti, que teria se interessado por aquelas terras a partir de 1950, no momento em que “as estradas chegaram”. Segundo Zé Mota, “tudo ali era terra da União” desbravada por ele, só depois começaram a aparecer as “escrituras”. E com elas, ações truculentas de Cavalcanti com a ajuda do seu “pau-mandado” Lourival Silvestre dos Santos. Outro lavrador, Otacílio Ribeiro dos Santos, que mesmo “sem nenhuma instrução”, dizia saber de cor o parágrafo 3º do artigo 156 da Constituição (sobre o direito do Usucapião), “de tanto lidar com os advogados”, dizia ter sido “diversas vezes ameaçado de ter sua casa incendiada”. “Ameaças de despejo, incêndio e filhas violentadas”, teria narrado o lavrador Manuel Charles aos presentes numa assembléia realizada na sede da Associação de Lavradores do Sertão Carioca.

FAZENDA COQUEIROS: seus donos e “donos”

“Existe ali muita terra devoluta, e já houve muita encrenca e muita morte, também”, ponderava Aguir Tavares, em 1946, sobre um conflito na Fazenda Coqueiros, em Senador Câmara, “entre uma Cia. Portuguesa e sitiantes que lá vivem há 12 anos.”²⁸ No ano seguinte, o vereador petebista João Luiz de Carvalho dizia estar em curso na referida fazenda uma “grande ofensiva” de “grileiros” e “latifundiários” através da Cia Rural e Urbana para o despejo de 200 lavradores, “num total de 12 mil patrícios”.

²⁷ *O Radical*, 24/01/1954. p. 5.

²⁸ *Tribuna Popular*, 11/07/1946. p. 2.

A esquerda, sítiantes mostrando ao novo repórter as plantações. A direita, barreira humana, para impedir a entrada dos policiais e serviço de grilagem.

AUDACIOSO GOLPE DE GRILAGEM NO SUBÚRBO DE SANTÍSSIMO

Agente de Grileiros Jurou Metralhar Os Sítiantes da Fazenda Coqueiros

Cerca de 12 famílias de sítiantes da fazenda Coqueiros, nas proximidades do subúrbio de Santíssimo, estão ameaçadas de violência política, por elementos do distrito policial de Ilhaçu, postos a serviço de uma audaciosa operação de grilagem.

A fim, em torno da posse das terras da Fazenda de Coqueiros e muito outras, tensões intensificadas nos últimos anos.

MORREU o Mathias, da Rua Largo

Perdeu o Rio de Janeiro uma das suas figuras mais populares, o comerciante Mathias da Silva, proprietário da Casa Mathias.

O velho Mathias faleceu na madrugada de ontem, deixando viúva D. Estelita Alves da Silva e três filhos, Palmira, João e Celso, todos crianças.

O sepultamento do estimado conhecido da tradicional rua Largo foi realizado ontem mesmo, às 17 horas, na Catedral de S. João Batista.

AMEAÇA DE CHACINA

O caso, comandado do p. q. no bairro, em face de firma dos sítiantes, resolve obter em retirada. Ainda, porém, ameaça que voltaria com vigor humano.

Os camadas de metralhadoras. Você devem obter pouco mais a terra mais fraca, deve o

SOLIDARIEDADE

A presença do polícia, entrante dos indícios sobre violação, todos lavradores, como Azeite. Com o mesmo interesse de 200 homens sobre, para em defesa do serviço

O caso, comandante do p. q. no bairro, em face de firma dos sítiantes, resolve obter em retirada. Ainda, porém, ameaça que voltaria com vigor humano.

Os camadas de metralhadoras. Você devem obter pouco mais a terra mais fraca, deve o

OS GRILADORES

Este destacamento do 2º batalhão, que se articulou às barbas das altas autoridades em posse capital da República, é dirigido por...

(CONCLU NA 2ª PAG.)

Ataque a vinte mil e número de atacados pela «Asiática»

Ataque a vinte mil e número de atacados pela «Asiática»

Ataque a vinte mil e número de atacados pela «Asiática»

Imprensa Popular, 22 de setembro de 1954.

Anos depois, o representante trabalhista apresentava “um histórico” da Coqueiros: teria se originado de uma “sesmaria” doada pelo governo aos pretos forros. Na visão de Carvalho, ela seria uma herança jacente, pois não viviam mais descendentes dos pretos forros ali. Posteriormente, a propriedade foi “empolgada por um dos mais vorazes e desumanos grileiros que proliferam nesta terra, Hermano Barcelos”, dono da Cia. Rural e Urbana. A União teria conseguido reincorpora-la em 1942, mas três anos depois, ela voltou às mãos de Barcelos, “que por influências políticas e de amizade, conseguiu anular o ato do governo”. Finalmente, parte dela fora vendida ao IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários). Em setembro de 1952, o número de lavradores ameaçados pelo IAPI tinha dobrado para 400, segundo cálculo do Imprensa Popular, apesar da sempre crescente ameaça de despejo.²⁹ A luta desses lavradores – que se auto-intitulavam “posseiros” que lá trabalhavam “há dezenas de anos” - seria muito antiga, confirmando a versão de Aguir Tavares: em 1927, por exemplo, eles teriam obtido “uma manutenção de posse e direito de retenção contra a Cia. Rural e Urbana do Distrito Federal”. Mas diferentemente desses anos, em que a luta parecia respeitar os limites impostos pela lei, o pretenso proprietário (IAPI) se utilizava de métodos pouco amistosos. Os lavradores denunciavam que ele queria que eles assinassem um contrato de

²⁹ Imprensa Popular, 02/09/1952. p. 3.

locação; diante da resistência dos “posseiros”, o instituto teria recorrido à polícia e a um oficial de justiça, “que intimidaram os trabalhadores”. Ao que parece, a situação permaneceu tensa durante toda a década de 50, com várias idas dos lavradores de Coqueiros ao centro da cidade. Numa delas, já em 1957, eles protestavam contra a violência praticada pela polícia numa medição feita pelo IAPI.³⁰ Em fins de 1963, o referido órgão ainda era objeto de denúncias; numa concentração de lavradores na Assembléia Legislativa, o presidente da Associação Rural de Santíssimo José Ribeiro, alegava que o instituto, “por incrível que pareça”, tentava “despejar os verdadeiros donos” daquelas terras.³¹

Considerações finais

A expansão dos loteamentos urbanos no Sertão Carioca durante os meados do século XX e a resistência que contra ela moveram os grupos de pequenos lavradores – os quais contavam com o apoio de órgãos da imprensa carioca, de grupos políticos e de agentes do legislativo municipal – conferiram novos significados ao espaço da zona rural. Uma área que antes era vista como decadente, tomada por desânimo, assolada por pestilências e que repousava no mais completo abandono, passa a ser vista a partir de meados do referido século como uma área cujas terras, consideradas devolutas, eram palcos de intensos conflitos de terras. Nesse novo cenário os principais problemas da região passam a ser a prática de grilagem, as ameaças de despejos contra grupos de lavradores e a dizimação da agricultura da região. Essa visão de uma área de conflitos de terra implicou por sua vez na formação de novos grupos sociais e na reconfiguração de grupos preexistentes: o Sertão Carioca era por isso o cenário de conflitos entre “grileiros” e “posseiros”. Mas tais conflitos se deram num contexto de grande crise de abastecimento no então Distrito Federal, sendo ela mesma um outro fator que contribuiu para a mudança de visão sobre a região: o problema da escassez de gêneros alimentícios levou com que se acreditasse que a produção agrícola do Sertão Carioca pudesse ser pensada como uma alternativa para a solução daquele problema. O debate então aberto sobre essa questão permitiu que os “posseiros” também colocassem em pauta os prejuízos causados pela atuação “gananciosa” dos “intermediários”, especialmente aqueles do Mercado Municipal.

Mas o fundamental, é que a eleição de tais problemas forneceu uma série de elementos que legitimariam a luta pela terra dos “posseiros” da região como algo que tinha por fim último contribuir para o abastecimento da cidade: ao chamar atenção da opinião pública para os atos de violência de “grileiros” e as extorsões praticadas por “intermediários” o que se queria dizer é que o grande prejudicado era, mais do que os “posseiros”, toda a população carioca.

³⁰ *Imprensa Popular*, 25/09/1957. p. 8.

³¹ *Novos Rumos*, 15-21/11/1963. p. 7.

Ao longo das décadas de 50 e 60, a estratégia dos “posseiros” foi bem diversificada. Pode-se dizer que suas reivindicações giravam em torno dos pedidos de desapropriação, de usucapião e de zoneamento rural. Sendo que o movimento tenderia a se concentrar sobre esse último na década de 60.

É preciso ter em vista que o movimento de luta pela terra no Sertão Carioca não só agiu sobre a imprensa e o legislativo carioca, mas se também se alimentou de referenciais fornecidos por esses setores. Ao mesmo tempo não se pode esquecer que tanto a imprensa quanto o legislativo não formavam um bloco homogêneo. A própria ligação com o movimento daqueles lavradores motivou e foi motivado por disputas de diferentes grupos e personalidades no interior daqueles setores. Em que pese as diferentes lógicas e interesses que moviam cada um daqueles agentes, a disputa que se deu entre eles pelo direito de falar sobre e pelos lavradores cariocas fez com que esses acabassem tendo reconhecida a sua existência enquanto grupo político, um grupo que naquela conjuntura tinha, acima de tudo, seus direitos ameaçados com a destruição da agricultura do Sertão Carioca. O que conseqüentemente reforçava a ilegitimidade dos pretensos proprietários que ameaçavam os lavradores de despejo.

No entanto se o movimento dos lavradores cariocas ganhou tanta visibilidade, por que então os pretensos proprietários conseguiram fazer valer seus objetivos? O que dizer então da eficácia das leis sobre desapropriação?

Do ponto de vista de sua eficácia e efetivação prática, temos que reconhecer que tais leis não produziram os frutos que seus autores desejavam (ou demonstravam desejar). Certamente as incongruências do seu texto (definição do que era terra improdutiva e área abandonada) foram um importante elemento para que ela não tenha produzido os efeitos desejados. Mas duas coisas precisam ser observadas: um primeiro aspecto é que tais leis foram elaboradas, discutidas e aprovadas num contexto de disputas entre vereadores e grupos sociais (partidos, companhias imobiliárias, pequenos lavradores, órgãos da imprensa, agentes estatais) e eram as exigências desse contexto que elas tinham que responder. E na medida em que elas nasciam em meio às tensões e conflitos desse contexto era impossível que elas não os expressassem sob a forma de incongruências e “silêncios”. Além disso, as leis por si só não eram capazes de fazer tábula rasa - e de uma hora para a outra - do contexto no qual tinham sido geradas. Havia um significativo movimento por parte de alguns grupos, que tinham inclusive grande influência junto a órgãos do executivo e do legislativo municipais, no sentido de garantir por meio de leis a consolidação do processo de urbanização do Sertão Carioca (a permissão para a instalação de indústrias na zona rural foi um dos muitos exemplos). Portanto, as leis de desapropriação e zoneamento, portanto, não se moviam numa espécie de *vácuo de poder* na estrutura das relações sociais e sim num determinado campo de correlação de

forças, que era, por sinal, muito desfavorável para aqueles que gostariam que aquelas leis tivessem “vingado”.

Um segundo aspecto a observar é que se ao mesmo tempo tais leis eram pressionadas pelos limites de seu tempo elas também indicavam possibilidades e perspectivas àqueles que lutavam contra o modo como se dava a urbanização do Sertão Carioca. Se por um lado tais leis não ajudaram a resolver completamente os problemas dos pequenos lavradores, por outro os grupos de lavradores viram nela a possibilidade de a transformar num elemento que a um só tempo fornecesse legitimidade às suas pretensões e pudesse refrear o ímpeto dos pretensos proprietários. E se a aprovação das leis possa de alguma forma ter sido influenciada pelo movimento dos lavradores, não é menos correto sugerir que o inverso também possa ter se dado. A lei referente às desapropriações talvez tenha sido o melhor exemplo, já que ela influenciou na própria linguagem exprimida pelos lavradores nas denúncias que eles faziam junto à imprensa e às autoridades políticas sobre as ameaças de despejo e do “regime de terror” implantado por pretensos proprietários, de forma com que essas áreas fossem caracterizadas como passíveis de desapropriação. Nesse sentido aquelas leis não foram apenas mediadoras da relação entre grupos de lavradores e pretensos proprietários – embora fosse essa a pretensão de agentes do poder público -, mas se constituíram elas mesmas em uma importante arena de conflitos entre eles.

Bibliografia

- BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. *Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da Zona Oeste*. Dissertação de Mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.
- FRIDMAN, Fânia. “Os donos da terra carioca: alguns estudos de caso”. In: *Anais V encontro Nacional da ANPUR*. Belo Horizonte, agosto de 1993, vol.2.
- FRIDMAN, Fânia. *Os donos do Rio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- GARCIA, Cid Sant’Ana. *Associação de moradores e movimentos reivindicativos no município do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentado a COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, agosto de 1981.
- LAGO, Luciana Corrêa do. *Movimento de loteamentos do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado apresentado ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.
- MIRANDA, Mariana Helena Souza Palhares. *Crescimento Periférico da cidade do Rio de Janeiro: padrões espaciais de ocupação residencial*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da UFRJ, Rio de Janeiro, dezembro de 1976.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. “A grilagem como legado”. In MOTTA, Márcia e PIÑEIRO, Théo Lobarinhas(orgs). *Voluntariado e Universo Rural*. Niterói: Vício de Leitura: 2001.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/APERJ, 1998
- OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- PECHMAN, Robert Moses. *Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e na Barra da Tijuca*. Relatório de Pesquisa, IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.
- RIBEIRO, Cláudia Tavares. *Da questão urbana ao poder local: o caso da Barra da Tijuca*. Dissertação de mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.
- SOUZA, Maria Alice Martins de. *Barra da Tijuca e Jacarepaguá: uma forma particular de loteamento irregular*. Dissertação de mestrado apresentada ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, dezembro de 1995.